

GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO: A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS

Mileidi Formaeski Tereza Ferreira¹

Antonio Serafim Pereira²

Resumo

O presente trabalho relata a pesquisa realizada nas três maiores escolas da rede municipal de ensino de Criciúma/SC, em que se buscou analisar a percepção dos alunos no que diz respeito a sua participação na gestão escolar. Primeiramente, analisou-se o PPP das escolas e, posteriormente, realizou-se entrevistas semiestruturadas com 9 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental de cada escola pesquisada. Tanto as entrevistas como o PPP das escolas passaram por análise de conteúdo. Nas entrevistas, evidenciamos que a participação do aluno no processo de gestão escolar é restrita e liga-se mais diretamente a casos de indisciplina ou dificuldade de aprendizagem, à avaliação de disciplinas e professores, à escolha de representantes de turma e à escolha das atividades a serem realizadas. Grêmios Estudantil, Conselho Escolar e Conselho de Classe Participativo, de acordo com os alunos, são inexistentes nas escolas como espaços participativos, embora o PPP das escolas expresse, com certa ênfase, a participação dos discentes nas discussões e tomada de decisões, indicando os Conselhos de Classe e o Grêmios Estudantil como instâncias de participação.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Participação; Alunos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra o projeto de pesquisa, em desenvolvimento, desde 2011, pelo FORGESB, Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gestão e Formação na Educação Básica, que busca compreender as perspectivas de gestão democrática no sistema municipal de Criciúma/SC. Particularmente, centra-se no estudo realizado nas três maiores escolas da rede municipal que analisa a percepção dos alunos sobre a participação na gestão escolar, a partir da seguinte problemática: Como os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental das três maiores escolas da rede municipal de ensino de Criciúma percebem a sua participação na gestão escolar?

Para respondê-la, estabelecemos o seguinte objetivo geral: analisar a percepção dos alunos das três maiores escolas da rede de ensino de Criciúma, no que diz respeito à sua participação na gestão escolar. Este objetivo foi desdobrado em objetivos

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense.

² Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: asp@unescc.net.

específicos, a saber: caracterizar as diferentes visões teóricas sobre a participação na gestão escolar; identificar perspectivas de participação na ótica dos alunos das escolas pesquisadas; analisar as considerações apresentadas por eles, tendo como base o referencial teórico construído sobre o tema e confrontar as percepções dos alunos sobre sua participação na gestão escolar com a proposta apresentada no PPP das escolas.

Os dados obtidos foram analisados a partir do referencial teórico previamente construído sobre participação e canais de participação que explicitaremos na sequência.

2 A PARTICIPAÇÃO E CANAIS DE PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS: APORTE TEÓRICO

Desde que nasceu ser humano, por sua natureza social, constrói sua vida a partir das relações que estabelece com seus pares. Por isso, a participação o tem acompanhado, seguindo as formas históricas que a vida em sociedade foi tomando. (BORDENAVE, 1983).

Por meio da participação, é possível resolver problemas que parecem insolúveis individualmente e “graças à participação às vezes resolvem-se conflitos de uma maneira pacífica e satisfatória para as partes interessadas”. (BORDENAVE, 1983, p. 13). Assim, a participação além de constituir-se necessidade do ser humano, passa a ser também um instrumento para a solução de seus problemas.

A participação pode acontecer individualmente ou de maneira coletiva. Em caráter individual, cada um participa a sua maneira, seja escrevendo, discutindo, falando, denunciando, cobrando responsabilidades, que pode ser feito em casa, trabalho, escola, entre outros lugares e espaços. No coletivo, a participação se dá por meio da integração em qualquer grupo social ou instituição social, para o que se precisa ter objetivo definido e disposição para trabalhar no sentido de alcançá-lo. (DALLARI, 1984).

Além disso, participar consiste em saber organizar-se para a conquista de espaço na sociedade, no afã de ter vez e voz nas discussões e na busca de objetivos que diminuam a desigualdade social. A participação não pode ser imposta ou dada; ela será tão mais autêntica, quanto mais for conquistada. Por ser considerada processo histórico e de permanente conquista, a participação constitui-se produto inacabado. (DEMO, 1990).

Reportando-nos ao contexto escolar, a participação dos envolvidos na gestão da escola contribui para a realização de um trabalho coletivo de planejamento, tomada de decisões e ações em prol da melhoria da qualidade da educação oferecida aos alunos.

Para entender a importância da participação efetiva dos atores sociais da escola na sua gestão, em especial dos alunos, é indispensável considerarmos que a intuição escolar é um lugar onde convivem os mais diferentes interesses e expectativas. Essa “pluralidade de perfil pode se constituir em verdadeira riqueza no debate interno da escola e na construção de consensos [...]”. (MELO, 2004, p. 246). Deve-se levar em conta, também, que a escola precisa ser um ambiente de promoção dos direitos dos alunos e isso começa quando é garantido o direito de participação destes. (FERREIRA, 2011).

Promover o diálogo com os educandos e suas demandas, partindo da própria escola, faz com que - além do reconhecimento de sua própria condição de sujeitos de direitos - experimentem situações de pertencimento, elevação de autoestima e desejo de cooperar. Desse modo, os alunos sentir-se-ão mais acolhidos pela escola e, por consequência, com mais prazer em nela permanecer, realizando as atividades escolares com maior motivação e participação. Assim sendo, a escola como formadora e socializadora de sujeitos; “palco” de importantes acontecimentos e “ensaios” da vida adulta, oportunizará e promoverá a participação efetiva de seus atores sociais. (FERREIRA, 2011).

A participação do aluno na escola pode assumir nuances diferentes, dependendo de como é concretizada. Desse modo, pode assumir, entre outras, três modalidades: 1) participação autônoma: quando a escola abre espaços participativos que valorizem os sujeitos e eliminem as hierarquias e quando os estudantes organizam seus espaços, como o grêmio estudantil, sem depender da ingerência de gestores ou professores; 2) participação tutelada: direcionada pelos adultos da escola, restringindo a participação dos alunos à execução de ações decididas a priori; 3) participação negada: pode ser pelo aluno, quando a escola abre espaços e os estudantes se recusam a participar ou pela escola, quando os espaços de participação são limitados ou não são oportunizados (LELES, 2007).

A educação adquirirá caráter democrático participativo na medida em que implementar mecanismos de distribuição do poder, fundamentais para o exercício da aprendizagem democrática formadora de pessoas críticas e participativas.

Nesse sentido, a participação do aluno na escola pode acontecer no Conselho Escolar, no Conselho de Classe Participativo e no Grêmio Estudantil, considerados órgãos colegiados nos quais pode representar-se ou se fazer representar.

O Conselho Escolar³ tem como função analisar, discutir e aprovar questões acerca da educação na instituição escolar, na parte administrativa, financeira e pedagógica. Assim, este colegiado, participa das decisões coletivas, responsabiliza-se e compromete-se com a função social da escola em consonância com o seu PPP (SANTA CATARINA, 2002).

Outro mecanismo de participação do aluno é o Conselho de Classe Participativo, considerado um espaço de reflexão pedagógica em que professores, pais e alunos, em conjunto, discutem e refletem sobre as questões que envolvem o ensino e a avaliação da aprendizagem, reorientando a ação pedagógica, a partir de fatos apresentados e metas traçadas no projeto político pedagógico. Desse modo, por meio do diálogo são discutidas as questões que envolvem o processo ensino-aprendizagem e as ações coletivas, objetivando alcançar sucesso educacional e transformação dos envolvidos (LORENZONI et al, 2009).

Por sua vez, o Grêmio Estudantil é um colegiado representativo e específico do corpo discente da escola. Este colegiado participa ativamente na elaboração, execução, avaliação e reelaboração do PPP, favorecendo, assim, o desenvolvimento da consciência crítica e iniciativa dos alunos (SANTA CATARINA, 2002). Sua relevância está em oportunizar discussão, criação e fortalecimento das possibilidades de ação, não só no interior da escola, mas também na comunidade.

Por estes canais somados a uma sala de aula democrática, o aluno terá oportunidade de pensar e praticar a participação, isto é, poderá aprender e formar-se cidadão crítico e participativo.

3 METODOLOGIA

Para a realização do estudo, inicialmente, efetuamos a análise documental do PPP das escolas pesquisadas, visando apreender as questões pertinentes à participação e os canais de participação, particularmente os relacionados aos alunos. Para isso, fez-se a

³ No documento *Entidades de Gestão Democrática Escolar: Diretrizes 4 de SC*, o Conselho Escolar é designado por Conselho Deliberativo Escolar. (SANTA CATARINA, 2002).

leitura cuidadosa de cada documento, com vistas à identificação das ideias-chave relativas às duas categorias em destaque. (BARDIN, 1988).

Num segundo momento, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os alunos das escolas com o intuito de identificar a concepção de participação de cada um e como percebem a participação no processo do contexto escolar que frequentam, especialmente, a que se refere aos alunos.

Para a realização das entrevistas, constituiu-se, em cada escola, uma amostra de 09 alunos, devido ao grande número de estudantes e à impossibilidade de considerá-los em sua totalidade. Seguindo esta lógica, os entrevistados foram o primeiro, o quinto e o décimo aluno da lista de chamada das turmas do 7º, 8º e 9º ano de cada uma das escolas, perfazendo uma amostra total de 24 alunos.

As entrevistas passaram por análise inferencial e interpretativa, tendo por base as seguintes categorias: visão de participação, relação aluno-direção, relação aluno-professores, canais de participação e participação dos alunos na elaboração das normas da escola.

Por fim, os dados oriundos do PPP de cada escola foram comparados com o que expressaram os alunos nas entrevistas.

4 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA ESCOLA

Por meio das entrevistas, buscou-se identificar a percepção dos alunos no que diz respeito à sua participação na gestão escolar. Suas falas foram analisadas, tendo por base as seguintes categorias, expressas nas questões contidas no roteiro das referidas entrevistas: Relação direção-alunos; Relação professores-alunos; Grêmios Estudantis; Conselho Escolar; Conselho de Classe Participativo; Normas da escola; Participação dos alunos na escola/discussões e Visão do aluno sobre sua participação na escola.

Segundo os estudantes, a relação direção-alunos é mais centrada na preocupação com a disciplina e menos numa relação de diálogo. Pela descrição percebe-se que a relação direção-alunos tende a não favorecer a que os alunos exercitem a organização coletiva, conforme defende Demo (2001), a fim de conquistar seu espaço de

⁴ Na escola A, foram considerados os 7º e 8º anos, visto que a instituição não atendia o 9º ano, na ocasião da pesquisa.

participação na escola, tendo vez e voz nas discussões e tomada de decisões nas questões que lhes dizem respeito.

A relação professores-alunos é avaliada em parte como satisfatória, ganhando destaque, neste conceito, as aulas mescladas com brincadeira. Conforme os discentes, a relação é amigável, baseada nas brincadeiras, que tornam as aulas mais leves; a relação amparada na discussão e diálogo no processo de ensino (atividades propostas e conhecimento) aparece pouco mencionada.

Sobre o Grêmio estudantil como canal de participação dos alunos, a maioria dos entrevistados diz que ele não existe na escola ou não sabe o que é. Encontrou-se apenas uma referência para o fato de uma das escolas ter tomado a iniciativa de implantação do Grêmio Estudantil, sem sucesso na sua concretização. Logo, um mecanismo, por excelência, de representação e formação política e vivência da participação, visto que, nesse espaço, os alunos podem discutir suas reivindicações e participar na elaboração, execução, avaliação e reelaboração do projeto político pedagógico da escola. (SANTA CATARINA, 2002).

Quanto ao Conselho Escolar, boa parte dos alunos entrevistados não sabe o que é e outra parte não sabe da sua existência na escola. Apenas em uma das escolas um dos alunos disse que houve a formação de um Conselho Escolar, a qual não continuou. Não conhecer e não saber de sua existência significa que os alunos não dispõem de mais este canal do qual poderiam participar da análise, da discussão e da aprovação de questões administrativas, financeiras e pedagógicas no âmbito da educação escolar. Poderiam, por este meio, participar nas decisões coletivas, responsabilizando-se e comprometendo-se com a função social da escola em consonância com o PPP escolar. (SANTA CATARINA, 2002).

O Conselho de Classe Participativo é outro ponto deficiente nas escolas pesquisadas. Na percepção da maioria dos alunos, eles não participam. Os alunos de duas escolas referenciaram a participação quando apresentam problemas na aprendizagem e nas notas.

Para Bordenave (1983), a verdadeira democracia baseada na participação ocorre quando os cidadãos realizam três ações: fazer, tomar e ter parte. No caso das escolas pesquisadas, os alunos são parte e fazem parte da instituição, no momento em que nela se matriculam e passam a integrar uma de suas turmas. No entanto, não “têm parte” e nem “tomam parte”, pois quando o assunto são eles mesmos, não são chamados para

participar. Ou seja, os estudantes são parte da instituição, mas não exercem o direito de ser ouvido, de opinar, sugerir e decidir com e como os outros.

No tocante às normas da escola, de acordo com os depoimentos dos alunos, elas são determinadas pela direção. As outras poucas menções referem-se à ajuda dos alunos na elaboração das regras da sala e colaboração no seu cumprimento. Essas indicações revelam que os alunos estão apenas para cumprir as regras, característica principal da participação tutelada. Conforme Leles (2007), a participação tutelada é aquela em que os alunos estão condicionados às regras que são determinadas pela escola.

Por último, na categoria Participação dos alunos na escola/discussões, as indicações dividem-se entre a não participação dos discentes nas discussões e a participação em casos de: indisciplina e dificuldade no rendimento escolar; avaliação das aulas e professores; eleição de professor regente; e escolha da atividade a ser realizada em sala de aula.

Sendo assim, pelos dados que se tem, pode-se afirmar que, nas escolas pesquisadas, a participação dos alunos nas discussões pode não ser uma prática sistemática, muito menos política, pelas enunciações destacadas acima. Isto é, as escolas não oportunizam a prática democrática da participação. Assim, conforme Ferreira (2011), o aluno pode estar perdendo a oportunidade de aprender a participar e intervir de maneira autônoma na tomada de decisões sobre questões consoantes a seus próprios direitos e destino.

5 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE PARTICIPAÇÃO E O PPP DAS ESCOLAS

No PPP das escolas pesquisadas, encontrou-se referências sobre a participação do aluno no processo de gestão escolar, no que tange à tomada de decisões.

Além disso, o texto desse documento expressa que as escolas têm como missão a formação de alunos conscientes, críticos e participativos.

É nesse ponto que reside a primeira contradição entre PPP e a fala dos alunos, uma vez que estes, em grande número, admitiram que não há momentos de debate/discussão na escola. Conforme os alunos, a participação vivenciada por eles está vinculada à indisciplina ou quando não estão bem nas notas. Também participam nas avaliações de disciplinas e professores ou escolhem o professor regente da turma e as atividades de aula.

O Grêmio Estudantil é outro ponto esquecido no PPP das escolas; apenas um deles o citou o que chama de “ações concretas”. Pode-se dizer que esta ação não se concretiza na escola, considerando a fala dos alunos.

O Conselho Escolar, por sua vez, não obteve menção em nenhum PPP das escolas. Isso reafirma as falas dos alunos entrevistados, os quais desconhecem a sua existência e do que se trata de fato.

Sobre o Conselho de Classe Participativo, apenas o PPP de uma escola o mencionou, apresentando-o como ação. Os alunos desta escola, no entanto, afirmaram não existir participação dos alunos no Conselho de Classe ou quando há, restringe-se aos alunos que apresentam baixo rendimento escolar.

Por fim, no que diz respeito às normas escolares, o PPP de duas escolas mencionam a participação do aluno na sua elaboração. No entanto, nos depoimentos dos alunos, há contradição nesse aspecto, posto que quase todos os alunos afirmaram que as normas são determinadas pela equipe gestora das escolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, tomando as considerações dos alunos, pode-se afirmar que a participação destes no espaço da sala de aula e da escola é pequena, visto que as vivências de diálogo e discussão são limitadas ou inexistentes.

Como mencionado, em nenhuma das escolas estão presentes o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil. Aliás, a maioria dos alunos revelou desconhecimento a respeito destes dois canais de participação. No chamado Conselho de Classe Participativo, a participação dos alunos existe no caso de dificuldades de aprendizagem ou notas baixas. Caso contrário, o Conselho de Classe fica restrito aos professores e à equipe gestora. As normas da escola, pela fala dos alunos, são impostas pela direção.

No confronto da fala dos alunos com o PPP das escolas, verifica-se contradições. Entre elas, a que diz respeito à participação do aluno em discussões e tomada de decisões concernentes ao processo político pedagógico da escola, contrariada pela maioria dos alunos.

Desse modo, conclui-se que a participação do aluno na gestão da escola é restrita e atrelada a questões secundárias, que, segundo Dallari (1984), não afeta o poder de decisão, porque não assegura aos alunos a possibilidade de influir diretamente nas decisões.

Por hora, considera-se que as escolas precisam repensar suas ações de participação em seu interior, reinventar a democracia e conscientizar os alunos sobre a importância de sua participação ativa, crítica e consciente. Para isso, devem oportunizar espaços para ouvi-los e, sobretudo, discutir com eles as políticas de formação dos colegiados, levando em consideração que a liberdade em participar, como se refere Demo (2001), não pode ser dada ou imposta pela escola, mas conquistada por meio do debate.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**.. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DALLARI, Dalmo A. **O que é participação política**. São Paulo: Abril, 1984.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista** noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1990.
- DEMO, Pedro. **Pobreza política**. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- FERREIRA, Adriana M. S. **Participação discente na escola pública de ensino médio: a perspectiva dos alunos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais. 2011.
- LELES, Maura da Aparecida. **A participação dos estudantes na gestão da escola**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- LORENZONI, Rosilâne L. *et al.* **Conselho de classe participativo: uma experiência de participação democrática na escola**, 2009. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cianorte/arquivos/File/PEDAGOGAS/CONSELHO/ConselhodeClasseparticipativo.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.
- MELO, Maria T. L. Gestão Educacional: os desafios do cotidiano escolar. In: FERREIRA, Naura S. C. e AGUIAR, Márcia A. S. (org). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTA CATARINA. **Entidades de gestão democrática escolar: diretrizes 4**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 2002.